

HABEAS CORPUS Nº 549.093 - SP (2019/0358809-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODOLFO MARQUES DA SILVA - SP242870
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DONIZETI MARCELO BENITEZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de DONIZETI MARCELO BENITEZ contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais indeferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto formulado em favor do sentenciado.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante o TJSP, que negou provimento ao recurso em *decisum* assim ementado (e-STJ fl. 27):

AGRAVO EM EXECUÇÃO – Indeferimento do pedido de progressão de regime – Decisão devidamente fundamentada – Ausência do requisito subjetivo – Decisão mantida – Agravo improvido.

Na presente impetração, a defesa alega que "nos incidentes de execução penal, compete aos nobres julgadores analisar o merecimento do executado ao benefício postulado. Todavia, a apreciação judicial deve se pautar por elementos concretos, verificados no decorrer do cumprimento da sanção. No que se refere à duração da pena, de se frisar que, quanto mais longa, maior será o tempo exigido para a incidência da benesse penal" (e-STJ fl. 5).

Aduz que "o histórico prisional desfavorável, bem como a longa pena não podem ser invocados como óbice á promoção de regime [...] o sentenciado já cumpriu mais de 2/5 da pena e apresenta BOM comportamento carcerário, o que

revela ser merecedor da benesse perseguida" (e-STJ fl. 9).

Requer, nesse diapasão, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, a fim de promover o ora paciente ao regime semiaberto.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesto constrangimento ilegal apto a justificar o deferimento da medida de urgência.

Dessa forma, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos.

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído o feito, dispensei as informações de praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator